



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ**  
Estado do Rio de Janeiro

**RESOLUÇÃO CONJUNTA CGM/PGM Nº 01/2026.**

A **CONTROLADORIA GERAL** e o **PROCURADORIA GERAL** do Município, no uso das atribuições que lhes confere a legislação em vigor;

CONSIDERANDO a Resolução nº 305, de 11 de fevereiro de 2025, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que estabelece diretrizes para a implementação de Programas de Integridade no âmbito da Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir e estruturar o Programa de Integridade do Município de Itaboraí como instrumento de fortalecimento da governança pública, da ética, da transparência e da prevenção de irregularidades;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a importância da atuação integrada entre os órgãos de controle interno e jurídico na formulação de políticas de integridade e conformidade administrativa;

CONSIDERANDO que o servidor Rodrigo do Amaral Alberguine foi cedido à outro Ente;

CONSIDERANDO a Portaria nº 226/2026, por meio da qual o servidor Rodrigo do Amaral Alberguine foi exonerado, a partir de 14/01/2026, do cargo de Assessor Especial da Controladoria Geral do Município;

CONSIDERANDO o princípio da continuidade da Administração Pública, bem como a necessidade de substituição do servidor exonerado de suas funções junto à Controladoria;

**RESOLVEM:**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ**  
Controladoria Geral do Município

**Art. 1º** Designar o Grupo de Trabalho responsável pela condução dos estudos técnicos e pela elaboração de proposta de regulamentação destinada à implementação do Programa de Integridade e do Plano de Integridade do Município de Itaboraí, integrado pelos seguintes servidores:

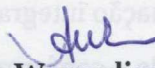
- Antônio José de Lima Dias – Matrícula 18.637;
- Luziane de Oliveira Souza de Vasconcelos – Matrícula 18.349;
- Vitor Mendonça Ferreira – Matrícula nº 30.919.

**Art. 2º** O Grupo de Trabalho deverá concluir suas atividades no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente Resolução.

**Art. 3º** Esta Resolução revoga integralmente os efeitos da Resolução Conjunta CGM/PGM nº 002, de 22 de dezembro de 2025.

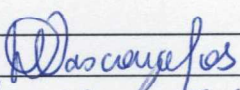
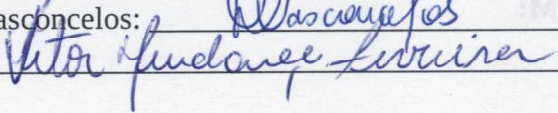
**Art. 4º** – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação e ciência dos servidores designados.

Itaboraí, 30 de janeiro de 2026.

  
**Angelica Wermelinger da Rosa**  
Controladora Geral do Município

  
**Edson José de Lima Xavier**  
Procurador Geral do Município

**Ciência dos servidores designados:**

Antônio José de Lima Dias: \_\_\_\_\_  
Luziane de Oliveira Souza de Vasconcelos:  \_\_\_\_\_  
Vitor Mendonça Ferreira:  \_\_\_\_\_

